

A ESCOLA ATIVA NOS GRUPOS ESCOLARES CATARINENSES: O PROGRAMA DE ARITMÉTICA DE 1946

David Antonio da Costa¹

RESUMO

Este texto tem como objetivo caracterizar alguns aspectos da escola ativa nos grupos escolares catarinenses vistos no programa de Aritmética de 1946. Adota-se como ferramental teórico-metodológico a História Cultural representada nas ideias de Julia e outros referências da História da Educação. O texto produzido, cotejado com a legislação catarinense tomada como fonte privilegiada, permitiu identificar características do ideário da Escola Nova desde os tempos da Reforma Trindade, 1935, intensificando sua presença no programa de 1946. No entanto, ainda que este movimento tenha sido gradualmente intensificado, também foi observado a permanência da característica da Pedagogia Moderna, representada pelo método intuitivo. De fato, nota-se um deslocamento gradativo direcionado para a escola ativa caracterizado pela ênfase dada ao ensino no trabalho pelo aluno.

Palavras-chave: Aritmética. Escola ativa. Programa de ensino.

ABSTRACT

This text aims to characterize some aspects of acting school in Santa Catarina that have been seen in the program of arithmetic school groups in 1946. It adopts it as a theoretical and methodological tools to Cultural History represented by the Julia's ideas and others references of History of Education. This text recognizes the ideas of the characteristics of the New School since the time of the Reformation Trindade, 1935, intensifying its presence in the 1946 program, collated with the Santa Catarina's legislation that has taken as a privileged source. However, although this movement has been gradually intensified it was also observed to remain characteristic of Modern Pedagogy, represented by the intuitive method. In fact, there is a gradual shift directed to the active school characterized by the emphasis on education in the work by the student.

Keywords: Arithmetic. Active school. Teaching program.

INTRODUÇÃO

Dois grandes modelos pedagógicos – a Pedagogia Moderna e a Escola Nova – estão presentes nas principais reformas educacionais que se configuraram nos estados

¹ Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: prof.david.costa@gmail.com

brasileiros principalmente durante as cinco primeiras décadas republicanas, inclusive em Santa Catarina. O primeiro modelo surgiu em oposição ao excessivo intelectualismo da Pedagogia Tradicional² e, dessa maneira, defendia veemente o “ensino ativo”, “entendido como uma forma de tornar viva a lição dos professores, mediante o uso de uma parafernália de materiais didáticos e, sobretudo, da prática das lições de coisas” (TEIVE, 2014, p. 155). Já a Escola Nova propunha uma “escola ativa” com ênfase na atividade e no interesse da criança.

Vidal (2005) explicita as principais ideias de ambos modelos, realçando as diferenças entre ensino ativo e escola ativa:

Apesar de surgirem como similares em muitos discursos do período, ensino ativo e escola ativa distinguiam-se na fala dos escolanovistas pela própria concepção de atividade. Se a primeira aceção concernia à maneira como o conteúdo deveria ser trazido ao aluno e supunha a atividade dos professores na realização de experiências e no oferecimento de imagens e objetos que concretizassem a aula; a segunda deslocava para os alunos a feitura das tarefas. Era pela ação dos métodos de projeto e centros de interesse que as crianças deveriam solucionar problemas e construir experimentos, ainda que sempre orientadas pelos docentes.

(VIDAL, 2005, p. 11, grifos meus).

O panorama educacional elaborado por Costa e Souza (2014) por meio das análises dos programas de ensino dos Grupos Escolares (1911, 1914, 1920, 1928 e 1946), dá mostras das influências destes dois modelos em Santa Catarina, desde o período pós-republicano até os tempos da regulamentação no país da Lei Orgânica do Ensino Primário em 1946.

A reforma da Instrução Pública ocorrida em Santa Catarina a partir da Lei 846/1910, colocada em prática em 1911 no governo de Vidal Ramos sob o comando de Orestes Guimarães, é tida como a mais importante reforma do ensino deste estado, considerando-se aquelas empreendidas ao longo do século (SANTA CATARINA, 1910).

Um dos principais focos desta reforma implantada em 1911 foi a criação de um novo tipo de instalações escolar, os grupos escolares, amplas construções bem iluminadas e arejadas que se constituíam em espaço adequado para o novo tipo de ensino que a reforma considerava ideal: ensino simultâneo, graduado, com turmas homogêneas, com lições fundamentadas no chamado “método intuitivo” ou “lições de coisas”. Esta reforma trouxe

² Segundo Teive (2014), a pedagogia tradicional era alicerçada no verbalismo, na memorização e em práticas educativas violentas e dogmáticas.

para a educação catarinense grandes mudanças, seja como reorganização escolar ou como concepção pedagógica³ (NÓBREGA, 2003).

As dissertações de Santos (2014) e Kuhn (2015) apontam que o método intuitivo tenha fundamentado as prescrições para o ensino de matemática – representado pelas matérias geometria, desenho e aritmética nos programas do estado a partir da Reforma Orestes Guimarães. Do ponto de vista da formação dos professores que era realizada na Escola Normal Catharinense, o estudo de Silveira (2013) também evidenciou a presença do método intuitivo.

No ano de 1914, com caráter bem mais elaborado, um novo programa de ensino para os Grupos Escolares é implantado. Tomando os conteúdos de Aritmética a serem ensinados, os mesmos são apresentados de forma mais detalhada, explicitando-se os passos metodológicos e descrevendo-se as fases de ensino minuciosamente nos dois primeiros anos. Os Quadros de Parker, material didático que se tornou símbolo do método intuitivo para o ensino de aritmética durante o movimento de modernização das escolas brasileiras, no início da República (PORTELA, 2014), são indicados no programa de 1914 sendo recomendados para auxiliar o ensino de aritmética nos dois primeiros anos do curso primário.

O programa de ensino de 1920 mantém praticamente todos os aspectos alterados pelo professor Orestes Guimarães do programa de 1911 para o programa de 1914, no que se refere à matéria de aritmética. Observa-se que houve a manutenção da divisão da classe em seções e das fases de ensino. Também o ensino intuitivo, baseado na utilização de materiais concretos e dos quadros de Parker, foi mantido. A manutenção da matriz pedagógica do ensino intuitivo se faz presente com as prescrições acerca do ensino primeiro da ideia do número precedendo a ideia do algarismo. A recomendação do uso de materiais concretos, dos problemas e exercícios relacionados ao sistema métrico e monetário, e da aprendizagem gradual dos números no decorrer dos anos são apenas alguns exemplos que indicam tal influência.

Após oito anos vigorando no ensino primário, o Programa de Ensino para os Grupos Escolares de 1920 foi substituído por um novo programa aprovado pelo Decreto n. 2218 de 24 de outubro de 1928. Esta mudança está associada a reorganização da Instrução

³ O método intuitivo surgido na Alemanha no final do século XVIII, pela iniciativa de Basedow, Campe e sobretudo de Pestalozzi “[...] consistia na valorização da intuição como fundamento de todo conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação” (SOUZA, 1998, p. 26).

Pública autorizada pelo então governador Adolpho Konder e motivada pela 1ª. Conferência do Ensino Primário realizada em Florianópolis em julho de 1927 (COSTA & SOUZA, 2014). No período compreendido entre as décadas de 20 e 30 do século XX localizam-se os primeiros indícios das concepções escolanovistas no discurso educacional político catarinense.

O Programa de Ensino de 1928 vigorou por duas décadas em Santa Catarina. Neste período, este programa atravessou algumas reformas que buscavam a melhoria do sistema de ensino levando-se em conta o movimento renovador da Escola Nova, como é o caso da Reforma Trindade em 1935.

Em 1946, por meio da Reforma Elpídio Barbosa, um último programa de ensino para os Grupos Escolares é implantado. Como já anunciado, o Programa de Ensino de 1946 associado a esta reforma visava conformar o Estado de Santa Catarina com as renovações educacionais que passaram a vigorar no país após a promulgação da Lei Orgânica Federal do Ensino Primário. Tais renovações eram representadas pela expressão da Escola Nova.

Para este período, desde 1911 à 1946, a partir das breves descrições do conjunto de programas, identificam-se vestígios dos dois grandes modelos pedagógicos anunciados no início deste texto. Se o Programa de 1911 parece indicar o marco fundador do Ensino Ativo, o Programa de 1946 parece ser permeado pela chamada Escola Ativa. Sendo assim, é possível conjecturar algumas permanências e rupturas, particularmente quanto ao ensino de aritmética. Julia (2001, p. 23) já nos indica que “no momento em que uma nova diretriz redefine as finalidades atribuídas ao esforço coletivo, os antigos valores não são, no entanto, eliminados como por milagre, as antigas divisões não são apagadas, novas restrições somam-se simplesmente às antigas”.

O interesse em destaque deste artigo é a análise mais detalhada da Aritmética escolar prescrita no Programa de Ensino de 1946, procurando-se caracterizar aspectos do chamada Escola Ativa. Para além do programa de 1946, serão mobilizadas outras fontes normativas disponibilizadas no Repositório⁴ Institucional de Fontes da UFSC que poderão melhor dialogar com este documento.

⁴ O Repositório Institucional de Fontes é um ambiente virtual hospedado nos servidores de internet da UFSC. Trata-se de um banco de dados alimentado pelos pesquisadores do GHEMAT- Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática. Intenta ser um espaço público de divulgação de fontes digitalizadas dos projetos coletivos desenvolvidos pelos componentes do grupo dos diferentes estados brasileiros.

O MOVIMENTO DA ESCOLA NOVA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

No Brasil, o movimento da Escola Nova ganha impulso em meados de 1920, quando “começa a se articular a posição que reivindica para personagens como Lourenço Filho e Fernando de Azevedo o estatuto de porta-vozes do movimento de renovação educacional que se processa no país e no exterior” (CARVALHO, 2000, p. 112). Procura-se uma consolidação da representação da Escola Nova como signo do novo e do moderno em termos de concepções pedagógicas, contrapondo-se a chamada Pedagogia Moderna. Os “porta-vozes” da escola renovada valorizavam sobretudo os conhecimentos advindos da psicologia experimental, enaltecendo suas contribuições para a compreensão “científica” do ser humano em sua individualidade.

Em Santa Catarina, as influências do ideário da Escola Nova começam a ser verificadas a partir da Reforma Trindade em 1935. Até este período, a reforma iniciada por Orestes Guimarães manteve seus aspectos básicos assentada na Pedagogia Moderna, com ênfase no método intuitivo.

A Reforma Trindade inspirou-se nas diretrizes traçadas pelo VI Congresso de Educação realizado em Fortaleza, Ceará; mas também sofreu forte influência do sistema de ensino do Distrito Federal, redimensionado por Fernando de Azevedo em 1928.

O prof. Luiz Sanches Bezerra da Trindade foi o mentor da reorganização do ensino catarinense efetuado em 1935. Na oportunidade, Trindade era responsável pela já antiga Diretoria da Instrução Pública, daí seu nome ser designador da reforma.

Com a institucionalização da reforma Trindade, a Diretoria da Instrução Pública é transformada em Departamento de Educação subordinado à Secretaria de Estado então denominada Interior e Justiça. As Escolas Normais de então foram transformadas em Institutos de Educação que abrangiam Jardim de Infância, Grupo Escolar, Escola Isolada (tipo rural), Escola Normal Primária, Escola Normal Secundária e Escola Normal Superior Vocacional.

As Escolas Normais Primárias, com um curso de três anos destinavam-se a preparar professores para as zonas rurais; eram as antigas Escolas Complementares, cujo ensino sofrera modificações curriculares. As Escolas Normais Secundárias, com um curso

também de três anos, exigiam que seus alunos fossem egressos das Escolas Normais Primárias.

Havia, ainda, a Escola Normal Superior Vocacional – correspondendo praticamente ao ensino de segundo grau – com alunos oriundos das Escolas Normais Secundárias ou que tivessem concluído a quinta série do Colégio D. Pedro II, ou outro a ele equiparado. Os egressos da Escola Normal Superior Vocacional, que funcionou nos anos de 1938 e 1939, recebiam um diploma de habilitação para o magistério, de preferência, nos Grupos Escolares e Escolas Normais Primárias.

Este esforço por parte do Departamento de Educação em formar professores aos moldes da Escola Nova passa também a ser visto na inserção das disciplinas consideradas “ciências fontes da educação”, as quais propiciavam aos normalistas os conhecimentos dos “modernos métodos pedagógicos”. Outro elemento que ajuda a elucidar este movimento revela-se na divulgação dos princípios escolanovistas entre os professores das escolas primárias realizados por reuniões e pelas revistas pedagógicas.

A Circular n. 32, de 26 de setembro de 1935, recomenda a compra de livros da Editora Nacional, dirigida por Fernando de Azevedo, para a Biblioteca dos Grupos Escolares. Tal dispositivo normativo apresenta uma lista de dezesseis títulos, dos quais “oito são referentes à psicologia ou de autores desta área e três ligados mais diretamente a disciplina de Sociologia. No caso da matemática temos a obra Didática da Escola Nova, de A. Miguel Aguayo, que apresenta orientações acerca do ensino de Aritmética no curso primário, mesmo não se configurando um manual específico de matemática.

Segundo De Paula (2015), muitos destes livros se encontravam em circulação nas escolas primárias catarinenses na década de 1940 sendo os mais citados “Didática da Escola Nova” e “Pedagogia Científica”, ambos de Aguayo.

A reorganização do ensino do ano de 1935 não teve a organicidade, a amplitude e a complexidade da reforma levado a cabo por Orestes Guimarães no início do século XX. De fato, pouco frutificou por ter sido basicamente uma superestrutura administrativa e que nada introduziu de novo nos currículos escolares – redistribuiu-os apenas.

Pode-se considerar que ao fim da década de 1940 se efetivou uma aproximação da escola primária catarinense com os princípios escolanovistas, em especial, a partir de 1946, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Santa Catarina que reorganizou a estrutura educacional na Reforma Elpídio Barbosa.

O PROGRAMA DE 1946: REFORMULAÇÃO E OS SABERES ELEMENTARES

Segundo Costa e Souza (2014), uma nova proposta quanto a organicidade das matérias para o ensino primário foi inaugurada no Programa de ensino de 1946: os saberes elementares foram agrupados por eixos temáticos que reúnem um conjunto de matérias afins a serem ministradas.

Implantado em tempos de escolanovismo catarinense, o Programa apresenta uma riqueza de detalhes e explicações, desde os objetivos de cada matéria, os sumários de caráter descritivo, as sugestões práticas e por fim as observações finais, com algumas indicações de exercícios.

Há uma considerável redução na lista de conteúdos indicados no Programa de 1946, se compararmos aos primeiros programas da Reforma Orestes Guimarães. Procura-se romper o viés enciclopédico definido pela Pedagogia Moderna, para implantar um currículo que favorecesse a aproximação das crianças com os conhecimentos úteis a vida prática e social, por meio da inserção de experiências sociais no próprio meio escolar.

Um ponto emblemático neste Programa diz respeito ao agrupamento dos saberes matemáticos num único eixo temático: “iniciação matemática”. Infere-se que esta forma de apresentação dos conteúdos possa estar relacionada a Reforma da Instrução Pública do Rio de Janeiro capitaneada por Fernando de Azevedo. Para Valente (2015), o sentido atribuído ao termo “iniciação” nesta obra de Fernando de Azevedo se relaciona ao acesso aos rudimentos. Rudimentos que neste caso não correspondem a ideia das primeiras partes simples de um saber avançado, de um saber científico, mas indicam as partes úteis para a vida prática e cotidiana. Sendo assim, em tempos de escola nova, e pedagogia ativa, os saberes elementares ganham uma outra característica: a de um conjunto de rudimentos.

Muitos problemas e atividades apresentados aos alunos no Programa de 1946 para todos os anos do curso primário procuram ser “compatíveis com seus interesses e com seu desenvolvimento” (SANTA CATARINA, 1946, p.13). Essa nova dimensão atribuída ao prático na Aritmética escolar associa-se com importante concepção difundida pelos entusiastas escolanovistas brasileiros: para além de prático e útil, o ensino da aritmética deve estar centrado em geral sobre os interesses da criança.

A análise do Programa de 1946 revela também que os objetos manipuláveis foram os únicos materiais didáticos indicados para o ensino da aritmética, diferentemente dos programas anteriores onde explicitamente identificavam-se o uso dos Quadros de Parker.

Tornos de madeiras, palitos e grãos diversos são alguns dos materiais concretos sugeridos no Programa de 1946. Jogos educativos (por exemplo, jogo de bolas, corrida de automóveis, dominó, cinema e feira), os trabalhos manuais com desenhos e modelagem, os quadros estatísticos publicados em noticiários, os problemas sobre dados da vida real, entre outros, são mais alguns outros exemplos.

Em linhas gerais, orienta-se que o ensino seja dado intuitivamente e por processos ativos (SANTA CATARINA, 1946, p.12). O ensino por meio da intuição fica a cargo, por exemplo, da utilização de materiais concretos, com madeiras e grãos diversos, já os processos ativos podem ser atingidos por meio de jogos, modelagem, problemas práticos, entre outros.

Os processos de ensino das primeiras noções dos números mantem o processo intuitivo, mas sem o “diálogo socrático”, o que revela mais uma herança pedagógica da Reforma Orestes Guimarães. No entanto, diversos outros elementos sugerem a apropriação das concepções escolanovistas para os saberes aritméticos na matéria iniciação matemática: para além dos processos ativos, a estreita relação entre ensino e prática asseguram a propriedade desta afirmação.

Dessa forma, “os alunos são levados a aprender observando, pesquisando, perguntando, trabalhando, construindo, pensando e resolvendo situação problemáticas apresentadas”. Conseqüentemente, “o ensino ativo transfere o mestre do centro de cena para nele colocar o educando” (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 151). Isto é, por aqui se processo o deslocamento do centro do ensino que então estava no professor e se dirige ao aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste texto foi de elencar os principais pontos do Programa de 1946 dos Grupos Escolares catarinense verificando como se processou a incorporação do ideário escolanovista nesse estado da federação.

Ainda que o discurso seja forte para as ideias da Escola Nova, no programa de Aritmética encontram-se permanência dos elementos da Pedagogia Moderna, tais como a manipulação dos objetos concretos de forma intuitiva revelando aspectos do método intuitivo.

Compreende-se, porém, que o caráter concreto e prático das atividades apresentadas se reveste de forma diferenciada: os rudimentos são apontados como os elementos essenciais para a vida prática e cotidiana.

Embora no Programa de 1946 não exista menção à compêndios ou livros didáticos de aritmética, o departamento de educação tratou de estabelecer as obras que poderiam fundamentar pedagogicamente as aulas dos professores da escola primária. Já no ano de 1935, foram indicados para a biblioteca dos grupos escolares os livros da série III da coleção “Atualidades Pedagógicas de Fernando de Azevedo pela Circular n. 32 de 26 de setembro de 1935 (SANTA CATARINA, 1942).

Nesta mesma circular, a obra Didática da Escola Nova, de A. Miguel Aguayo, que apresenta orientações acerca do ensino de Aritmética no curso primário está presente revelando o tom que os reformadores desejavam para esta particular disciplina.

REFERÊNCIAS

Bombassaro, T. (2007). Santa Catarina na IV Conferência Nacional de Educação: por uma Escola Nova barriga-verde. *Revista Brasileira de História da Educação*. 7, (3), p. 137-173.

Carvalho, M. M. C. (2000). Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 14, (1), p. 111-120, jan./mar.

Costa, D. A. & Souza, T. S. (2014). Os Programas de Ensino dos Grupos Escolares Catarinenses: um estudo sobre a aritmética escolar, 1910-1946. In: Costa, David Antonio da Costa & Valente, Wagner Rodrigues (Orgs.). *Saberes matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar?* Estudos comparativos a partir da documentação oficial escolar. São Paulo: Editora Livraria da Física. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133058>. Acesso em 31 jan. 2016.

De Paula, M. F. B. F. W. (2015). *Escola nova em manuais didáticos de Alfredo Miguel Aguayo (Santa Catarina 1942-1949)*. 2015. 447 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

Fiori, N. A. (1991). *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano*. Florianópolis: Ed. da UFSC.

Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, 1, p. 9-43.

Kuhn, T. T. (2015). *Aproximações da geometria e do desenho nos programas de ensino dos Grupos Escolares catarinenses*. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PECT0245-D.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

Lourenço Filho, M. B. (1978). *Introdução ao estudo da Escola Nova: Bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea*. (13ª ed). São Paulo: Melhoramentos.

Nóbrega, P. (2003). Grupos escolares: modernização do ensino e poder oligárquico. In: Dallabrida, N. *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na primeira república*. Florianópolis: Cidade Futura, p. 253-280.

Portela, M. S. (2014). *As cartas de Parker na matemática da escola primária paranaense na primeira metade do século XX: circulação e apropriação de um dispositivo didático pedagógico*. 189 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128465>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

Santa Catarina. (1910). *Lei n. 846, 11 out. 1910*. Florianópolis. Acervo: APESC. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/101114>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. (1928). Programa dos grupos escolares e das escolas isoladas do estado de Santa Catarina. *Decreto n. 2218, 24 out. 1928*. Florianópolis: Imprensa Oficial. Acervo: APESC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99205>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. (1942). Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. Circular n. 32, de 26 de setembro de 1935 — recomenda para as bibliotecas dos Grupos Escolares a compra dos livros da Companhia Editora Nacional, sob direção de Fernando de Azevedo — Série III — Atualidades Pedagógicas. *Circulares 1930-1941*. Florianópolis: Imprensa Oficial.

_____. (1946). Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. Programa para os estabelecimentos de ensino primário do estado de Santa Catarina. *Decreto n. 3.732, 12 dez. 1946*. Florianópolis. Acervo: APESC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99620>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

Santos, P. S. (2014). *A escolarização da Matemática no Grupo Escolar Lauro Müller (1950 – 1970)*. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em

Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PECT0210-D.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

Silveira, R. K. (2013). *Orientações da Reforma Orestes Guimarães para a matemática na Escola Normal Catharinense*. 140 f. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PECT0187-D.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

Souza, R. F. (1998). Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: Souza, Rosa Fátima de; Valdamarin, Vera Teresa; Almeida, Jane Soares de. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: Unesp - Faculdade de Ciências e Letras, p. 19-62.

Souza, T. S. (2016). *Entre o ensino ativo e a escola ativa: os métodos de ensino de aritmética nos Grupos Escolares catarinenses (1910-1946)*. 178f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Teive, G. M. G. (2014). Pedagogia moderna no Brasil: primeiras discussões e experiências práticas (final do século XIX – início do XX). *Revista Mexicana de Historia de la Educación*, 2, (4), p. 153-172.

Valente, W. R. (2015). Como ensinar matemática no curso primário? Uma questão de conteúdos e métodos, 1890-1930. *Perspectivas da Educação Matemática*, 8, (17), p. 192-207.

Vidal, D. G. (2005). *Culturas escolares: estudo sobre prática de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas, SP: Autores Associados.